

Estudo defende conversão mas alerta para riscos

A conversão da dívida externa em investimentos traz grandes benefícios para o Brasil, como a redução dos débitos, a atração de novos aportes de capital externo e o reforço da posição brasileira na renegociação com os bancos credores. Porém, se ela não for muito bem regulamentada, o país corre o risco de ver uma redução da entrada de dinheiro novo na forma de investimentos, o aumento da evasão de divisas e a debilitação da política monetária e das finanças públicas, além da ameaça de desnacionalização de alguns setores da economia.

Estas são as principais conclusões de um grupo de trabalho coordenado pelo economista Paulo Nogueira Batista Júnior, ex-assessor do ex-ministro Dilson Funaro, que elaborou um relatório sob encomenda da Confederação Nacional da Indústria. O estudo se mostra favorável à flexibilização das regras de conversão, "desde que se faça uma regulamentação competente, capaz de maximizar o benefício líquido associado à conversão".

São três os grandes riscos visualizados pelo relatório. O primeiro diz respeito aos efeitos negativos sobre o balanço de pagamentos. Na medida em que o investidor estrangeiro tenha a oportunidade de obter capital a um custo significativamente mais baixo, "a conversão com cessão de crédito tende a inibir a entrada de *dinheiro novo* sob a forma investimentos diretos", diz o estudo. A evasão de divisas é outra ameaça plausível e, dependendo da velocidade com que ocorra,

pode aumentar o déficit na conta de serviços.

O segundo risco é o impacto que a transferência dos recursos destinados à dívida externa depositados no Banco Central — pelo menos 20 bilhões de dólares — para a conversão reduza a margem de manobra da política monetária, pressionando, por exemplo, para a emissão de títulos públicos, que resultaria num "aumento da dívida pública com conseqüente pressão adicional sobre as taxas internas de juros".

O último risco é o da transferência de controle decisório das empresas brasileiras para o exterior. "A comparação do volume de recursos passível de conversão com o valor total das ações transacionadas em bolsa, ou mesmo com a formação bruta de capital fixo, sugere que haveria também o risco de desnacionalização de setores da economia", diz o estudo.

Como principais medidas para evitar todos estes riscos, o relatório coordenado por Paulo Nogueira Batista Jr. sugere a fixação de prazos para repatriação de capital convertido e remessas de lucros e dividendos, e a criação de vínculos entre a conversão e o aporte de dinheiro novo. O estudo recomenda ainda a fixação de tetos mensais ou trimestrais para as conversões, e que haja mecanismos para reduzir a ameaça de desnacionalização. Propõe também que a flexibilização das regras atuais só seja levada adiante após uma definição das negociações com os bancos.